

Projeto pode revolucionar sistema de ensino no País

6 de junho de 1991
Zenaide Azeredo

Givaldo Barbosa

Os ensinos de 1º e 2º graus terão caráter profissionalizante e cada qual não ultrapassará cinco anos. O aluno do ensino fundamental e médio terá sua aprovação para a série seguinte garantida através da "promoção automática", acabando-se com a figura do aluno repetente. Para ingressar nas universidades, o estudante deverá se submeter a um curso preparatório, de um ou dois anos, que se somarão aos 10 anos de ensino fundamental ou primário e médio. As universidades abrirão concursos públicos para professores a cada seis anos.

Essa revolução no ensino brasileiro, pretendida pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) poderá se tornar realidade caso o Congresso Nacional aprove as 41 emendas apresentadas pelo educador, em nome de seu partido, ao projeto da lei de Diretrizes de Bases do Ensino, em tramitação na Câmara.

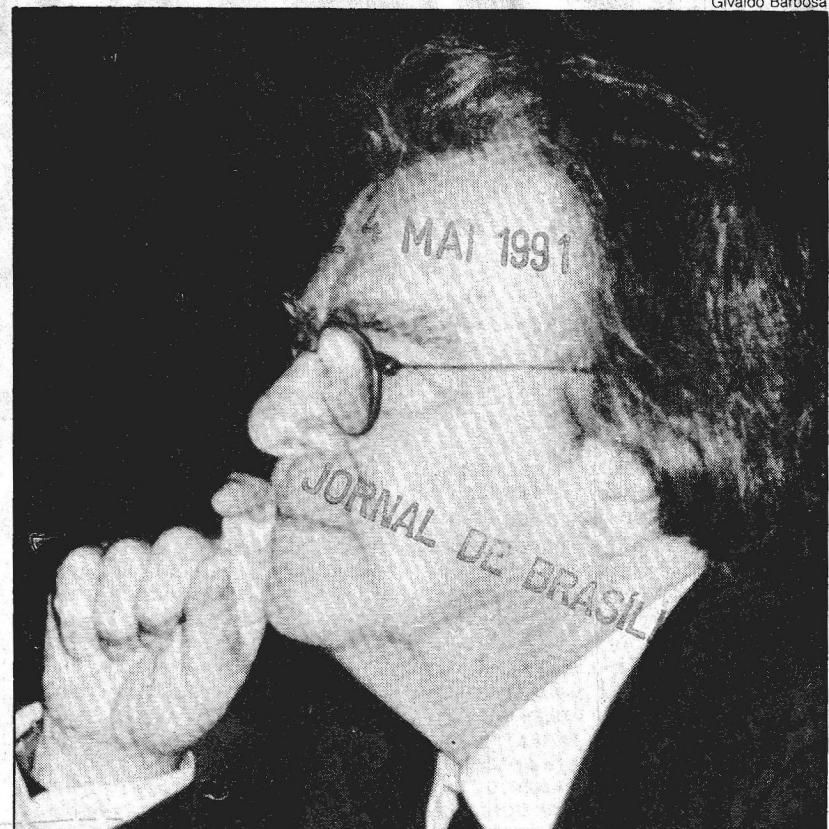
Depois da aprovação do projeto Cieps pelo governo Collor de Mello, Darcy Ribeiro acha que a LDB deve ser adequada ao Programa de Educação do governo, inclusive para dar-lhe "fundamento legal".

Partindo do princípio que é através desta lei que se pode melhorar a qualidade do ensino no Brasil, Darcy Ribeiro, detentor de um dos mais ricos currículos neste setor, considera que se deve buscar, sobretudo, uma escola em tempo integral, como os Cieps. Por isso, nas suas emendas ele condicionou a concessão de verbas federais aos estados que tiverem escolas em tempo integral, justificando: "Um menor abandonado é uma criança deceipada".

Ler, escrever e contar

A sua proposta de reduzir para 5 anos o ensino fundamental, ao invés de 8, e outros cinco para o ensino médio, ao invés de 3, se baseia no fato de que apenas 20% das crianças terminam as oito séries do ensino básico. O curso primário ou fundamental será terminal e terá sua educação voltada para o trabalho. "Nada é mais profissionalizante que ler, escrever e contar. Lula sabia só isso e quase chegou à Presidência da República", observou.

O atual 2º grau, com 5 anos, também será terminal e profissionalizante para aqueles jovens que pretendem ingressar num mercado de trabalho mais sofisticado, como o da informática. "É preciso parar com essa mentalidade de que o 1º e 2º graus preparam o aluno para entrar na universidade", disse o senador, para quem o candidato ao ensino superior deverá se submeter ainda a um ou dois anos de cursos preparatórios.



Darcy Ribeiro quer acabar com a figura do repetente escolar

Concursos públicos

Fundador da Universidade de Brasília e primeiro reitor daquela que estava predestinada a ser uma universidade modelo, Darcy Ribeiro reservou outras novidades para o ensino superior: "Os professores ficam obrigados a dar 10 horas de aulas, semanalmente, ao invés das 2 ou 3 praticadas atualmente", disse.

O senador pedetista previu igualmente, em suas emendas, a obrigatoriedade das universidades abrirem concursos públicos a cada 6 anos para o professorado das distintas disciplinas. Com isso ele pretende evitar que os professores não-concursados, que adquiriram estabilidade depois da Constituição de 88, se eternizem nos cargos. Através dessa fórmula apenas os melhores professores poderão exercer o magistério, em sua opinião.

Sem repetência

Mesmo admitindo tratar-se de uma questão polêmica, o senador Darcy Ribeiro, ministro da Educação e chefe do Gabinete Civil de João Goulart, considerou que uma experiência vitoriosa nos países escandinavos — a promoção automática — pode dar certo no Brasil. Vista com simpatia pelo governador do Rio, Leonel Brizola, a promoção consiste na eliminação da fi-

gura do aluno repetente de 1º e 2º graus. O estudante muda de série automaticamente, seja bom ou mau aluno, porque a repetência estimula a evasão da escola, argumentou o parlamentar.

Darcy Ribeiro, notável também por seus estudos, livros e postura a favor do índio brasileiro dedicou emendas ao ensino técnico, que a seu ver deve ficar desobrigado da escolaridade de ensino médio, atualmente praticada. A escola técnica reserva-se somente à tarefa de profissionalizar o estudante, podendo assim livrar-se de outros encargos, que não os técnicos.

Cassado pelo movimento militar de 1964, Darcy Ribeiro participou de projetos de universidades no exterior, destacando-se Uruguai, Peru, Venezuela, Costa Rica e Argélia. Do alto de seus 63 anos de idade e experiência, considerou essencial que o aluno brasileiro tenha apenas 4 disciplinas básicas obrigatórias, e outras opcionais, como línguas estrangeiras e até mesmo datilografia.

No que concerne ao chamado Supletivo, Darcy Ribeiro reduziu sua duração para 2 ou 3 anos e retornou sua denominação para "Curso Madureza", como se chamava antes da reforma do ensino, feita pelo governo militar do general Médici.